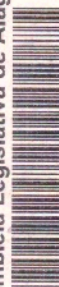




ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

PROJETO DE LEI Nº /2023

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2291/2023
Data: 10/08/2023 - Horário: 13:54
Legislativo

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS
CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS NO ESTADO DE
ALAGOAS DE DIVULGAREM OS CASOS DE
GRATUIDADE EM LOCAL DE FÁCIL
VISUALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º Ficam os cartórios de registro civil de pessoas naturais do Estado de Alagoas obrigados a afixar, em local de fácil visualização, cartazes informando aos usuários sobre a gratuidade de primeiras e segundas vias de certidões do registro civil de nascimento, óbito e a primeira via da certidão de casamento, para as pessoas cuja pobreza for declarada, conforme disposto nos arts. 5º, LXXVI, "a" e "b" c/c art. 226, §1º da CF/1988 e art. 1.512, *caput* e Parágrafo único da Lei nº 10.406/ 2002.

§1º A forma de divulgação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser feita das seguintes formas:

I - Os cartazes deverão medir, no mínimo, 297 x 210 mm (folha A4), com escrita legível, em local de fácil acesso, grande visibilidade e contendo a seguinte informação: "São gratuitas, para as pessoas cuja pobreza for declarada, o registro civil de nascimento, a certidão de óbito e a habilitação para o casamento, a celebração, o registro e a primeira certidão de casamento, sendo isentos de selos, emolumentos e custas, sob as penas da lei".

II - disponibilizar link informativo em sua página principal, caso o cartório possua website.

§2º Deverá constar no rodapé da peça informativa que a divulgação ocorre de acordo com o estabelecido pela presente Lei.

Art. 2º Os cartórios de registro civil de pessoas naturais do Estado de Alagoas poderão disponibilizar ficha com modelo de declaração de pobreza.

Art. 3º O cartório de registro civil de pessoas naturais que não cumprir o que determina esta Lei será denunciado à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Alagoas - CGJAL, para que lhe sejam aplicadas as penalidades previstas na Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,  de agosto de 2023.

Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

JUSTIFICATIVA

Os cartórios de registro civil de pessoas naturais do Estado de Alagoas desempenham um papel fundamental na documentação oficial da população, registrando diversos fatos jurídicos como os nascimentos, óbitos e casamentos. Além disso, têm a obrigação de prestar informações claras e acessíveis sobre os direitos dos cidadãos, em consonância com as disposições constitucionais e legais.

Contudo, faz-se imperativo que uma importante medida seja tomada visando a transparência e o acesso igualitário aos registros: a afixação de cartazes informando sobre a gratuidade, para as pessoas declaradas pobres, das primeiras e segundas vias de certidões do registro civil de nascimento e óbito, bem como, a primeira via da certidão de casamento.

Essa iniciativa tem como base os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 5º, inciso LXXVI, que assegura a todos os cidadãos o direito à gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, e no artigo 226, §1º, que reconhece a proteção especial à família e estabelece a necessidade de facilitar o acesso à essa documentação civil. Esses dispositivos, aliados ao artigo 1.512 e Parágrafo único da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), reforçam a importância de garantir a gratuidade, principalmente, da primeira via da certidão de casamento para pessoas cuja condição de pobreza seja declarada.

A disponibilização de cartazes em locais de fácil visualização nos cartórios de registro civil é uma maneira eficaz de informar os usuários sobre seus direitos. Isso contribui para evitar que indivíduos desconheçam suas prerrogativas legais e, consequentemente, sejam desestimulados a requerer suas certidões de registro civil. A gratuidade desses documentos é um direito inalienável e vital para o pleno exercício da cidadania, visto que as certidões são essenciais para acessar diversos serviços públicos e privados, como a educação, saúde, emprego, entre outros.

É crucial ressaltar que a única condição exigida pela lei para o acesso à gratuidade das certidões de registro civil é a declaração de pobreza. A imposição de requisitos adicionais, como aqueles citados, que não estão previstos na legislação, pode configurar uma afronta ao direito dos cidadãos e dificultar o acesso a serviços básicos.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Afinal, a legislação busca justamente garantir que aqueles que não possuem condições financeiras para arcar com as despesas desses documentos não sejam impedidos de obtê-los e exercer a cidadania.

Em suma, a obrigatoriedade de afixar cartazes nos cartórios de registro civil de Alagoas informando sobre a gratuidade das primeiras e segundas vias de certidões do registro civil de nascimento, óbito e a primeira via da certidão de casamento para pessoas em condição de pobreza é um avanço significativo no sentido de assegurar a igualdade de acesso aos direitos civis.

Deste modo, diante da relevância da matéria que garante que os cidadãos possam exercer plenamente sua cidadania e ter acesso aos documentos que comprovam sua existência e história, conclamamos os nobres pares para aprovação da presente proposição.

Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL